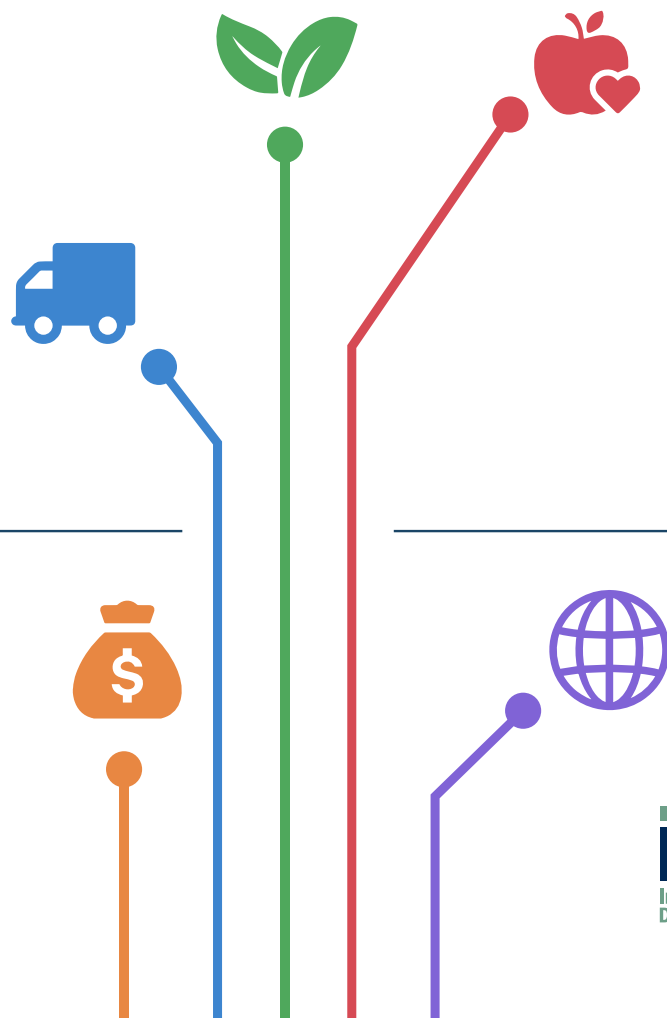




# Agenda para Ação:

TRANSIÇÃO PARA SISTEMAS ALIMENTARES SAUDÁVEIS E SUSTENTÁVEIS NO BRASIL



# EXPEDIENTE

**Direção Executiva do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec):**  
Carlota Aquino Costa

**Organização:**  
Alan Azevedo, Ana Paula Bortoletto, Janine Giuberti Coutinho e Lorenza Longhi

**Idealização do documento:**  
Ana Paula Bortoletto, Elisabetta Recine e Janine Giuberti Coutinho.

**Pesquisa:**  
Potira V. Preiss

**Produção de texto:**  
Alan Azevedo, Ana Paula Bortoletto, Elisabetta Recine, Janine Giuberti Coutinho, Lorenza Longhi e Patrícia Gentil.

**Supervisão:**  
Janine Giuberti Coutinho

**Projeto gráfico:**  
Coletivo PIU [@coletivopiu](https://www.instagram.com/coletivopiu)

**Ano:** 2022

## Apoio:



Canada



*Esta publicação é um produto do projeto “Uma Agenda para Ação: Transição para Sistemas Alimentares Saudáveis e Sustentáveis na América Latina”, financiado pelo International Development Research Centre [bolsa # 109603] com apoio do Wellcome Trust [bolsa # 222109/Z/20/Z].*

## CARTA AO LEITOR

**Caro leitor,**

Você tem em mãos uma **Agenda para Ação** para a transição dos sistemas alimentares. São recomendações que apontam os caminhos das mudanças que devem ser feitas - e como fazê-las - para transformar a maneira com que os alimentos são produzidos, distribuídos, ofertados e consumidos. A forma hegemônica como esses processos vêm sendo conduzidos nas últimas décadas está levando ao adoecimento da população e do meio ambiente, acelerando os impactos das mudanças climáticas e colocando em risco o direito fundamental a uma alimentação adequada e saudável.

Somando os desafios atuais aos contínuos desdobramentos da pandemia de covid-19, a necessidade de sistemas alimentares que promovam saúde e contribuam com a preservação do planeta tornou-se inadiável. Neste período, as desigualdades e as injustiças sociais em todo o planeta se tornaram ainda mais evidentes. A insegurança alimentar está em patamares impensáveis, com cerca

de 811 milhões<sup>1</sup> de pessoas passando fome no mundo.

Na América Latina, lamentavelmente, 267 milhões<sup>2</sup> de pessoas enfrentam algum tipo de insegurança alimentar. Também é uma das regiões que mais sofre com as consequências da obesidade e de outras doenças crônicas não transmissíveis, em grande parte decorrentes da mesma situação de má-alimentação.

O Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) é uma associação de consumidores sem fins lucrativos, independente de empresas, partidos ou governos, que há mais de 30 anos trabalha para garantir à população o acesso a alimentos saudáveis que respeitem os limites dos recursos naturais. O Idec luta pelo direito dos consumidores-cidadãos. Está na sua missão incidir, monitorar e defender políticas que garantam a perspectiva da produção e do consumo de alimentos saudáveis a partir de bases sustentáveis.

**Boa leitura,**

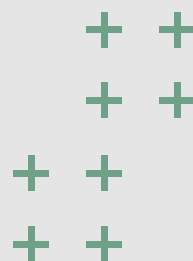
**Carlota Aquino**

Diretora Executiva do Idec

1. The State of Food Security and Nutrition in the World 2021. Em: [www.fao.org/3/cb4474en/cb4474en.pdf](http://www.fao.org/3/cb4474en/cb4474en.pdf)

2. América Latina y el Caribe - Panorama regional de la seguridad alimentaria y nutricional 2021. Em: [www.fao.org/3/cb7497es/cb7497es.pdf](http://www.fao.org/3/cb7497es/cb7497es.pdf)

# SUMÁRIO



A SINDESMIA DA DESNUTRIÇÃO, OBESIDADE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS .....	5
AGENDA DE AÇÃO PARA CAMINHOS DE UMA TRANSIÇÃO SAUDÁVEL E SUSTENTÁVEL .....	6
RECOMENDAÇÕES COM BASE NAS 5 DIMENSÕES DOS SISTEMAS ALIMENTARES .....	8
● DIMENSÃO 1: NEGÓCIOS .....	10
● DIMENSÃO 2: ABASTECIMENTO E DEMANDA .....	15
● DIMENSÃO 3: ECOLÓGICA .....	20
● DIMENSÃO 4: SAÚDE .....	26
● DIMENSÃO 5: GOVERNANÇA .....	31
UM CHAMADO PARA A AÇÃO! .....	36

## A SINDEMIA DA DESNUTRIÇÃO,

## OBESIDADE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS

**E**m 2020 em plena crise econômica agravada pela pandemia de covid-19, quase 20 milhões de brasileiros passavam fome e mais da metade da população sofria com algum grau de Insegurança Alimentar (InSAN)<sup>3</sup>. A situação atual está certamente mais alarmante. O desemprego e a inflação agravam a fome dos brasileiros, deixando-os em extrema vulnerabilidade e em situação indigna de vida.

Para além da insegurança alimentar, o Brasil também convive com altas e crescentes taxas de obesidade, com cerca de 21% das mulheres e 19% dos homens nessa situação<sup>4</sup>. Associado a esse fenômeno, observa-se uma elevada carga de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), que são enfermidades associadas a vários fatores de risco, entre eles, uma alimentação não adequada e saudável.

Esta situação de InSAN foi iniciada em 2016 com a ruptura das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), com cortes orçamentários, extinção de programas e fechamento dos espaços de participação social. O contexto de desmonte e descontinuidade das políticas de SAN, assim como

o enfraquecimento de outras políticas sociais, amplificaram o impacto e as consequências da pandemia de covid-19. Entre os principais reflexos estão: redução do poder aquisitivo das famílias, alto índice de desemprego, inflação no custo dos alimentos, desvalorização do real frente ao dólar e a desvalorização da agricultura familiar como ator central da produção de alimentos no Brasil. Com o vazio das políticas públicas, é importante ressaltar a realização de iniciativas de diferentes organizações da sociedade civil em apoio à provisão e oferta de alimentos de forma emergencial à população mais vulnerável e ao apoio à agricultura familiar.

Os efeitos dos sistemas alimentares hegemônicos ficaram mais evidentes no contexto pandêmico, impulsionados pelo agronegócio e por mecanismos que amplificam as desigualdades, aprofundaram as tensões de subsistência e aumentaram a insegurança alimentar e nutricional. Além disso, são responsáveis por agravar a crise climática, a perda de biodiversidade, a redução da fertilidade do solo, entre outros impactos socioambientais.

3. Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da covid-19 no Brasil. Disponível em: <https://pesquisassan.net.br/>.

4. Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico. Disponível em: [https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/vigitel\\_brasil\\_2019\\_vigilancia\\_fatores\\_risco.pdf](https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/vigitel_brasil_2019_vigilancia_fatores_risco.pdf)

As mudanças climáticas configuram uma emergência sanitária com consequências profundas na saúde das populações e do planeta. A luta pela preservação do meio ambiente e pelo direito à uma alimentação saudável e sustentável é indissociável da luta contra a pobreza e por um mundo menos desigual e mais justo.

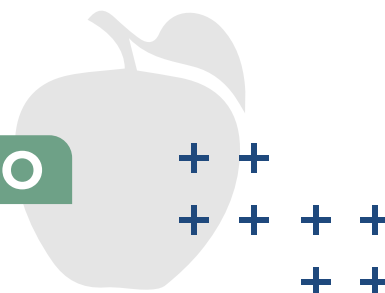
Todos esses aspectos não são fenômenos isolados ou paralelos. Pelo contrário, há uma convergência desses fatores, visto que o redirecionamento da ação

governamental tem justamente apoiado a manutenção e expansão do modelo hegemônico do sistema alimentar no país. A desnutrição, a obesidade e as mudanças climáticas são fenômenos que ocorrem de forma concomitante e que se retroalimentam, caracterizando a **Sindemia Global**. Compreender o funcionamento e os interesses corporativos desses mecanismos é fundamental para decodificar as engrenagens que contribuem para a perpetuação do atual sistema alimentar hegemônico.

## AGENDA DE AÇÃO PARA

## CAMINHOS DE UMA TRANSIÇÃO

## SAUDÁVEL E SUSTENTÁVEL



**A** **Agenda para Ação** foi elaborada a partir do estudo “*As Cinco Dimensões dos Sistemas Alimentares no Brasil: Uma Revisão de Literatura*”<sup>5</sup>,

realizado pelo Idec e referenciado pelas publicações do pesquisador Boyd Swinburn e equipe<sup>6</sup>, além de aportes de entrevistas com atores-chave<sup>7</sup>.

5. *As Cinco Dimensões dos Sistemas Alimentares no Brasil: Uma Revisão de Literatura*. Documento que analisa mais de 100 publicações científicas sobre a interconexão das pandemias de obesidade, desnutrição e mudanças climáticas, apresentando o sistema alimentar hegemônico como uma causa central - assim como parte da solução - de tais problemas.

6. *A Sindemia Global da Obesidade, Desnutrição e Mudanças Climáticas*. Relatório da Comissão The Lancet. Disponível em: <https://alimentandopoliticas.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Relat%C3%B3rio-Completo-The-Lancet.pdf>.

7. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 18 atores-chaves, entre representantes de governo, da Academia e de Organizações da Sociedade Civil que tenham atuação no campo da alimentação e nutrição. Foi selecionado um representante de cada setor para contemplar as cinco dimensões para a transição sustentável e saudável de sistemas alimentares. Além disso, foram realizadas quatro entrevistas com atores da academia e da sociedade civil especializados em temáticas prioritárias em que a revisão da literatura apresentou resultados frágeis ou incipientes. São eles: gênero e segurança alimentar; mudanças climáticas e sistemas alimentares; covid-19 e segurança alimentar no Brasil.

Fundamentado nesse conteúdo e no conhecimento acumulado sobre o tema nos últimos anos, o Idec apresenta suas principais conclusões, organizadas em cinco dimensões: negócios, abastecimento e demanda, ecologia, saúde e governança. Em cada dimensão, expomos os principais problemas e consequências dos sistemas alimentares hegemônicos no Brasil. Em seguida, listamos algumas **recomendações para transição**, indicando quais são as prioridades para o que precisa ser feito e os caminhos de ação, com sugestões de como alcançar as mudanças recomendadas.

A **Agenda para Ação** tem como objetivo apresentar aos tomadores de decisão, ativistas e demais atores interessados, caminhos reais e possíveis para a transição de sistemas alimentares. As propostas foram elaboradas a partir de soluções factíveis, baseadas em evidências científicas, que podem fortalecer, ampliar e sustentar políticas públicas pautadas na promoção do direito à alimentação e na proteção à saúde das populações e do nosso planeta. Vale ressaltar que grande parte das referências bibliográficas utilizadas no presente documento encontra-se na *“As Cinco Dimensões dos Sistemas*

*Alimentares no Brasil: Uma Revisão de Literatura”*.

A defesa de políticas que garantam a produção e o consumo de alimentos adequados e saudáveis a partir de bases sustentáveis faz parte da missão do Idec. É a partir desta perspectiva que apresentamos também o **“Idec em Ação”**. São iniciativas que foram e são desenvolvidas pelo Idec e que se propõem a responder a cada uma das cinco dimensões da agenda de ação para a transição dos sistemas alimentares.

Diante da complexidade do tema e também da orientação metodológica adotada, o conteúdo está organizado em diferentes níveis de intervenção e abrangência. São propostas de caminhos estruturantes para o alcance e garantia de direitos fundamentais e outras recomendações mais específicas e operacionais, igualmente essenciais para a concretização da segurança alimentar e nutricional.

Este documento é o pontapé inicial para a construção de uma Agenda para Ação integrada, que demanda uma avaliação contínua dos processos de governança e de consulta e envolvimento de diferentes setores, os titulares de direitos e outros atores-chave.

# 5 DIMENSÕES DOS SISTEMAS ALIMENTARES

## DIMENSÃO 1: NEGÓCIOS

A comoditização dos alimentos para exportação enfraquece o abastecimento interno.

## DIMENSÃO 2: ABASTECIMENTO E DEMANDA

A desigualdade no acesso e oferta de alimentos não viabiliza uma alimentação saudável.

## DIMENSÃO 5: GOVERNANÇA

Recentes retrocessos nas políticas públicas brasileiras voltadas à segurança alimentar e nutricional e o desmonte do SISAN em nível nacional minam a transição para sistemas alimentares saudáveis.

## RECOMENDAÇÕES COM BASE NAS 5 DIMENSÕES DOS SISTEMAS ALIMENTARES

## DIMENSÃO 3: ECOLÓGICA

A produção em larga escala, ligada ao uso intensivo de agrotóxicos, monocultura e pecuária extensiva, colabora diretamente para as mudanças climáticas.

## DIMENSÃO 4: SAÚDE

Os sistemas alimentares hegemônicos que privilegiam a monocultura e o consumo de alimentos ultraprocessados estão adoecendo a população.





## DIMENSÃO 1: NEGÓCIOS

Priorização das necessidades de abastecimento do mercado interno por meio de medidas legislativas que façam frente ao monopólio e promovam maior valorização e incentivo da agricultura familiar.

Incentivo à diversificação produtiva e o fortalecimento do papel do Estado como regulador dos mercados alimentares, bem como a promoção das cadeias curtas de abastecimento e a agroecologia.



## DIMENSÃO 4: SAÚDE

Promoção e proteção do aleitamento materno e alimentação complementar.

Políticas e ações para o desincentivo ao consumo de produtos ultraprocessados.

Ações de Educação Alimentar e Nutricional que tenham origem, principalmente, na ação pública - da produção ao consumo, nos diferentes ambientes alimentares.

Políticas e ações para a promoção e proteção de ambientes alimentares saudáveis, por meio de medidas regulatórias como a restrição da publicidade abusiva e enganosa, especialmente para o público infantil, aprimoramento das normas de rotulagem de alimentos; taxação de bebidas açucaradas e a regulação de venda e publicidade de ultraprocessados nas escolas, além da ampliação da rede de abastecimento de alimentos saudáveis, in natura e minimamente processados.



## DIMENSÃO 2: ABASTECIMENTO E DEMANDA

Elaboração e implementação de uma política nacional de abastecimento alimentar.

Responsabilização do Estado pelo direito à alimentação.

Fortalecimento do papel regulador do Estado, incluindo maior atenção à determinação da formação dos preços, a inclusão de critérios de saúde pública na definição da política tributária e a inflação dos alimentos.



## DIMENSÃO 3: ECOLÓGICA

Valorização das espécies da sociobiodiversidade brasileira, facilitando o uso sustentável dos recursos nacionais e a preservação dos biomas.

Retomada e fortalecimento das políticas públicas de mitigação das mudanças climáticas.

Fomento a práticas agropecuárias de baixo impacto ambiental, tais como: diversificação na produção, incentivo à agroecologia, medidas de controle e redução do uso de agrotóxicos.



## DIMENSÃO 5: GOVERNANÇA

Estruturação de mecanismos de descentralização de Segurança Alimentar e Nutricional, com instalação de fóruns bipartites e tripartites, para auxiliar estados e municípios a priorizar a transição para sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis.

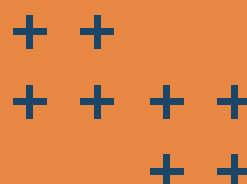
Definir um código de conduta e processos que previnam conflitos de interesses e a interferência privada nas decisões de interesse público, como espaços multi-atores (*multistakeholders*).

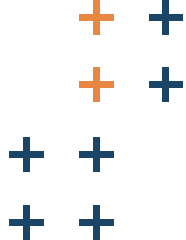
Defesa do marco legal brasileiro alinhado ao atendimento multiescalar e multissetorial de Segurança Alimentar e Nutricional e do Direito Humano à Alimentação Adequada, retomando as bases originais de governança legítima e participativa e princípios que viabilizam o controle social do Estado a partir do exercício da democracia pelos titulares de direito.



# DIMENSÃO 1: **NEGÓCIOS**

A comoditização dos alimentos  
para exportação enfraquece o  
abastecimento interno





Segundo a revisão de literatura<sup>8</sup>, há consenso de que o principal problema desta dimensão é o sistema agroalimentar brasileiro ser hegemonicamente orientado para a produção de *commodities* agrícolas comercializadas no mercado internacional por meio de cadeias longas de abastecimento. É um processo estruturado por cadeias de valores que articulam o alimento enquanto mercadoria, estruturando seu fluxo desde a produção até sua distribuição final.

Trata-se de um sistema ancorado em valores de lucro e produtividade, tecnificação da agricultura e do campo, gerando produtos agrícolas ou alimentos de baixa qualidade nutricional, alto impacto ambiental e um intenso agravamento da desigualdade social devido à precarização das condições de vida nas áreas rurais.

O Brasil é um importante produtor de alimentos, capaz de prover consideravelmente o seu mercado interno com uma ampla variedade. Ainda assim, a lógica agrícola é incentivada por meio de políticas públicas fortemente orientadas para a produção de *commodities* a serem comercializadas no mercado inter-

nacional por meio de cadeias longas de abastecimento, priorizando agricultores de larga escala e intensificando um modelo econômico concentrador de riquezas e gerador de desigualdades.

Nos últimos 20 anos, as culturas agrícolas voltadas para exportação, como soja e milho, cresceram exponencialmente, enquanto as plantações de itens da cesta básica, como arroz e feijão, tiveram expressivas reduções de área plantada. Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento - Conab (2021<sup>9</sup>), nos anos 2000, a soja, que ocupava 13,9 milhões de hectares há duas décadas, atingiu 36,9 milhões de hectares, uma expansão de 165% que a coloca no topo do ranking das *commodities*. Por outro lado, o feijão que é um alimento de base da alimentação brasileira, teve uma redução de 76,5% no mesmo período.

O caso do arroz é mais complexo, pois apesar de ser um alimento de base para a dieta da população brasileira, é considerado uma *commodity*. Em termos de produção, tem perdido espaço para a soja, pois nos últimos 20 anos, a área de plantio no país que ocupava 3,2 milhões de hectares agora é de 1,6 milhão de hectares. Aqui, dois elementos

---

8. *As Cinco Dimensões dos Sistemas Alimentares no Brasil: Uma Revisão de Literatura*. Disponível em: <https://alimentandopoliticas.org.br/wp-content/uploads/2021/11/af-IDECA-Revisao-de-Literatura-ptbr-digital.pdf>.

9. Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB. **Acompanhamento da Safra Brasileira**. 2021. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/safras>. Acesso em: 17 dez. 2021.

se tornam problemáticos. O primeiro é que a redução da produção impacta a disponibilidade do arroz como alimento base da população. O segundo, é que ao ser considerado uma *commodity*, o preço é determinado pelo mercado internacional, se tornando suscetível a intensas flutuações no dólar que podem aumentar o preço do produto final ao consumidor brasileiro, tal como ocorreu a partir do segundo semestre de 2020. Ao considerar os alimentos como uma mercadoria qualquer, cria-se um processo que pouco considera as necessidades da população por alimentos de qualidade a preços acessíveis e se fomenta um mercado agroalimentar altamente concentrado.

Para os produtores, cria-se um cenário em que as condições de produção e o apoio estatal (crédito, assistência técnica, disponibilidade de insumos, etc.) tornam muito atrativa a produção de *commodities*, ainda que as condições de autonomia frente aos mercados e renda seja muito limitada, em especial a agricultores de pequena a média escala. Aqueles que optam por produzir alimentos básicos, em processos diversificados e sustentáveis, conectados aos territórios e culturas regionais, encontram pouco amparo e muitos desafios, seja para ampliar sua produção, ter acesso aos mercados e ter uma vida digna com base na agricultura.

## CAMINHOS PARA A TRANSIÇÃO PARA SISTEMAS ALIMENTARES SAUDÁVEIS E SUSTENTÁVEIS



A chave está na criação de novos modelos de negócios que tenham desenvolvimento econômico distributivo e inclusão social como princípios centrais, com a realização de ações voltadas à proteção e promoção da saúde das pessoas e da sustentabilidade ambiental. É necessário portanto alterar a lógica produtiva e comercial das cadeias de valores para uma perspectiva mais alinhada a processos de abastecimento locais e territoriais ancorados nas necessidades sociais, em condições justas e economicamente viáveis a agricultores e consumidores.

## PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES

## PARA A TRANSIÇÃO



### O QUE PRECISA SER FEITO

- Priorização das necessidades de abastecimento do mercado interno por meio de medidas legislativas que façam frente ao monopólio e promovam maior valorização e incentivo da agricultura familiar.
- Incentivo à diversificação produtiva e o fortalecimento do papel do Estado como regulador dos mercados alimentares, bem como a promoção das cadeias curtas de abastecimento e a agroecologia.

## CAMINHOS PARA A AÇÃO



### COMO PODE SER FEITO

- Fomento à criação dos “intermediários do bem” - organizações que não estejam focadas na produção, mas que possam ajudar a estruturar melhor o sistema de distribuição com serviços de insumos, logística, entrega, de forma a facilitar a escala da produção da agricultura familiar com equidade, relações justas e sustentáveis.
- Fomento a dinâmicas de abastecimento territorializadas, de forma a valorizar a produção de pequena a média escala da agricultura familiar.
- Apoio técnico e financeiro para a consolidação das cadeias produtivas da sociobiodiversidade nacional.
- Criação de legislação sanitária incluída da produção extrativista e da agricultura familiar.
- Apoio técnico, financeiro e logístico às agricultoras familiares agroecológicas.

- Fomento de pesquisas científicas sobre agricultura e mudanças climáticas em colaboração com agricultores, de forma que os saberes científicos e empíricos possam facilitar a criação de soluções.
- Retomada da política nacional de controle de preços mínimos, para o controle da inflação dos preços dos alimentos.



## IDEC EM AÇÃO

**N**a luta pela proteção de direitos dos consumidores-cidadãos, o Idec vem incidindo no debate sobre a Reforma Tributária. Estamos articulados ao movimento por uma “Reforma Tributária 3S” (Solidária, Saudável e Sustentável). Defendemos um sistema fiscal eficiente com capacidade de arrecadar recursos para financiar políticas públicas que garantam direitos e reduzam desigualdades. Isto inclui o estabelecimento de políticas de incentivo tributário que promovam o acesso da população a produtos mais saudáveis e sustentáveis.

O Idec defende a agroecologia e a agricultura familiar orgânica, fundamentais para garantir comida de verdade na mesa da população brasileira. É neste contexto que propomos a adoção de políticas de gasto tributário (renúncia fiscal e desonerações) sobre alimentos orgânicos, de forma complementar às políticas públicas de gasto direto (compras governamentais, por exemplo). Esta associação de medidas pode incentivar a produção e o consumo de alimentos orgânicos, com boas externalidades para saúde e meio ambiente.<sup>10</sup> Acesse aqui o documento “**Tributos, Consumo e Direitos**” com todas as propostas do Idec para a Reforma Tributária.

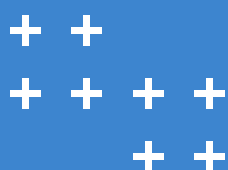
10. Tributo, consumo e direitos. Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, 2021. Disponível em: <https://idec.org.br/reforma-tributaria>.



DIMENSÃO 2:

# ABASTECIMENTO E DEMANDA

A desigualdade no acesso e oferta de alimentos não viabiliza uma alimentação saudável



Nessa dimensão, chama-se a atenção para como a indústria alimentar explora as vulnerabilidades biológicas, psicológicas, sociais e econômicas dos indivíduos, criando ambientes alimentares altamente indutores a escolhas não saudáveis e insustentáveis.

Além disso, existe um debate na literatura sobre o crescente encarecimento da alimentação saudável, fazendo com que padrões alimentares saudáveis, com alimentos *in natura*, minimamente processados e culturalmente referenciados se tornem um privilégio de poucos. Esse direcionamento elitista da alimentação adequada e saudável é justamente o oposto do que devemos almejar para a sociedade, já que este é um direito humano universal<sup>11</sup>.

No presente contexto de fragilização das instituições comprometidas com o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) no país e uma agenda política pautada pelo desmonte das políticas de segurança alimentar e nutricional, das políticas sociais e aquelas voltadas para a agricultura familiar e camponesa, as populações em situação de vulnerabilidade se encontram à deriva. Desafios históricos enfrentados pela maioria das famílias brasileiras para manter condições mínimas de vida foram ampliados e aprofundados.

A extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condrap), iniciativas de alteração dos marcos legais, a paralisação e o desmonte financeiro e institucional de políticas públicas centrais para promoverem abastecimento e acesso, como, por exemplo, no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), na Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), foram algumas das medidas tomadas desde 2016 até o momento atual.

Se o abastecimento enfrentava muitas assimetrias, em relação à ênfase na produção de *commodities*, à boa qualidade do alimento, à regularidade da oferta e mesmo às quantidades efetivamente comercializadas no elo final da cadeia, agora essa situação se agrava, tornando o país muito mais vulnerável. Se de um lado temos agricultores familiares, em situação de insegurança alimentar grave<sup>12</sup>, com dificuldades de comercialização de seus produtos, e de outro, populações urbanas e rurais com dificuldades de acesso à alimentação saudável e na iminência da fome, as respostas perpassam pelo fortalecimento de políticas públicas e ações que articulem as duas pontas nos territórios.

---

11. As Cinco Dimensões dos Sistemas Alimentares no Brasil: Uma Revisão de Literatura. Disponível em: <https://alimentandopoliticas.org.br/wp-content/uploads/2021/11/af-IDEC-Revisao-de-Literatura-ptbr-digital.pdf>.

12. Os dados do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, desenvolvido pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN) mostrou que 12% dos domicílios das populações rurais, sejam elas de agricultores(as) familiares, quilombolas, indígenas e ribeirinhos(as) enfrentam fome.



# CAMINHOS PARA A TRANSIÇÃO PARA SISTEMAS ALIMENTARES SAUDÁVEIS E SUSTENTÁVEIS



O caminho de transição sobre esta dimensão inclui a necessidade de políticas que influenciam os padrões alimentares, envolvendo uma gama de fatores que se inter cruzam, desde os contextos socioeconômicos, como poder de compra, educação, cultura, modos de vida, os condicionantes físicos, políticos e legais que facilitam ou restringem o

acesso aos alimentos. Ainda, medidas regulatórias que influenciam a demanda de alimentos são chave para a transição, considerando que as escolhas alimentares são determinadas também pela eficiência e o interesse do mercado em atender ou criar desejos na população por meio de publicidade de alimentos, muitas vezes abusiva e enganosa.

## PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES PARA A TRANSIÇÃO



### O QUE PRECISA SER FEITO

- Responsabilização do Estado pelo direito à alimentação adequada.
- Fortalecimento do papel regulador do Estado, incluindo maior atenção à determinação da formação dos preços, a inclusão de critérios de saúde pública na definição da política tributária e a inflação dos alimentos.
- Elaboração e implementação de uma política nacional de abastecimento alimentar.



### COMO PODE SER FEITO

- Garantia de acesso e oferta de alimentos saudáveis e adequados pelo Estado, prioritariamente à população em vulnerabilidade social, desenvolvendo ações que possam melhorar suas condições de vida. Em contexto de crise humanitária, como durante a pandemia de covid-19, a garantia de acesso deve ser realizada também de forma emergencial.
- Desoneração tributária para a produção e comercialização de alimentos básicos e *in natura*.
- Elaboração e implementação de uma política nacional de abastecimento alimentar articulada com políticas estaduais e municipais que garantam articulação entre produtores da agricultura familiar e consumidores por meio de diferentes estratégias para formação de uma rede de abastecimento capilarizada, desde de centrais de abastecimento, passando por mercados, feiras, estabelecimentos locais, mercados volantes entre outros.
- Fortalecimento do papel do estado como regulador e fiscalizador dos mercados alimentares, por exemplo, agenda prioritária de abastecimento popular garantindo capilaridade, mercados, feiras e outros mecanismos de comercialização local.
- Recuperação das Centrais de Abastecimento (CEASAs) enquanto estratégia de política pública de abastecimento de alimentos, priorizando a comercialização da agricultura familiar. CEASAS conectadas às políticas públicas como um espaço de acolhimento da agricultura familiar, facilitando a comercialização e distribuição de alimentos *in natura* e minimamente processados.
- Promoção das cadeias curtas de abastecimento e agroecologia.

- Restabelecimento da política de estoques estratégicos de alimentos básicos para garantia da disponibilidade e controle de preços.
- Adoção de medidas estatais de controle dos monopólios no varejo alimentar (em especial, redes supermercadistas e atacarejo).

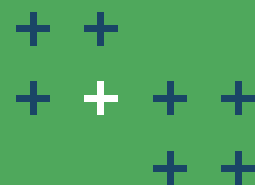


## IDEC EM AÇÃO

**Mapa de Feiras Orgânicas** é uma ferramenta de busca, idealizada pelo Idec, com o objetivo de estimular a alimentação saudável em todo o Brasil e mostrar que os produtos orgânicos e agroecológicos são acessíveis aos consumidores.

O Mapa localiza:

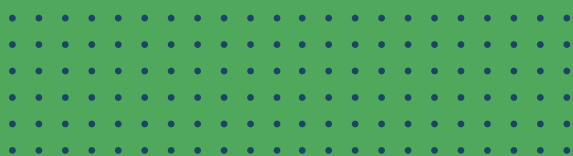
- **Feiras Orgânicas ou Agroecológicas:** Ótima alternativa da compra direta com o produtor, diminuem intermediários (e, conseqüentemente, o preço), estimulam a autonomia do produtor e valorizam a produção local de alimentos.
- **Grupos de Consumo Responsável:** Iniciativas de consumidores organizados que se aproximam de produtores e, juntos, propõem comprar produtos de uma forma diferente da que ocorre no mercado tradicional, pois agregam preocupações com as questões sociais, ambientais e de saúde, da produção até o consumo. O propósito é fomentar o consumo diretamente do produtor, seja pela aquisição de cestas de alimentos ou do financiamento dos produtores.
- **Comércios Parceiros de Orgânicos:** iniciativas que ocorrem diretamente entre consumidor e agricultor ou com apenas um intermediário. Essa relação deve ser transparente e justa, com preços que possam cobrir as despesas operacionais.

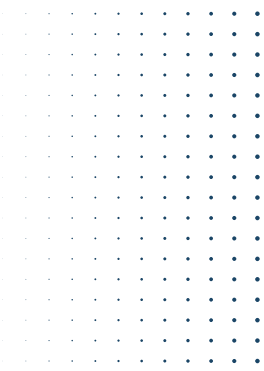


## DIMENSÃO 3:

# • ECOLÓGICA

A produção em larga escala, ligada ao uso intensivo de agrotóxicos, monocultura e pecuária extensiva, colabora diretamente para as mudanças climáticas





**S**ão robustas as evidências sobre os danos ambientais que o sistema alimentar hegemônico impõe aos ecossistemas. A produção intensiva de alimentos, a alta dependência de insumos derivados dos combustíveis fósseis e a logística de distribuição internacional em larga escala são alguns dos elementos que exemplificam como o uso predatório dos recursos naturais e os altos níveis de poluição gerados têm colocado o atual sistema alimentar na raiz das mudanças climáticas.

A extensão e a intensidade com que recursos como o solo e a água têm sido explorados e concomitantemente degradados pela poluição química estão entre as principais causas da emissão de gases de efeito estufa e a redução da biodiversidade, inclusive das espécies comestíveis. O desmatamento de florestas nativas e o desequilíbrio ecológico dos principais biomas brasileiros têm sido majoritariamente realizados pela expansão da produção de *commodities*.

Paradoxalmente, o setor mais preju-

dicado pelas mudanças climáticas é a agricultura, que, nos anos recentes, tem sido crescentemente pressionada e modificada por fenômenos como o aumento da temperatura média do planeta, as alterações nos padrões de precipitação com maior frequência de secas e enchentes, e a intensificação de eventos climáticos extremos. Os efeitos na saúde humana tampouco podem ser desconsiderados, visto que a qualidade de vida é paulatinamente reduzida pela intensidade da poluição generalizada em que temos vivido, em especial nas cidades, e, lamentavelmente, com índices crescentes também no campo.

Nesse sentido, sistemas mais integrados, como a agroecologia, além de terem uma abordagem que otimiza as interações entre plantas, animais, seres humanos e meio ambiente, também levam em consideração aspectos sociais que precisam ser abordados em sistemas alimentares sustentáveis e saudáveis, isto é, sistemas que contribuem para a justiça social, soberania alimentar e a equidade de gênero e étnico-raciais.

# CAMINHOS PARA A TRANSIÇÃO PARA SISTEMAS ALIMENTARES SAUDÁVEIS E SUSTENTÁVEIS



**P**ara endereçar os enormes desafios que caracterizam a dimensão ecológica dos sistemas alimentares, é preciso acelerar a transição para sistemas de produção ecológicos, que garantam alimentos de qualidade e que permitam a regeneração dos re-

ursos naturais, com foco em práticas de baixo impacto ambiental e sanitário, com fomento à produção local como forma de valorizar a diversificação de espécies, contribuindo para a segurança alimentar e a mitigação das mudanças climáticas.

## PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES PARA A TRANSIÇÃO



### O QUE PRECISA SER FEITO

- Fomento a práticas agropecuárias de baixo impacto ambiental, tais como: diversificação na produção, incentivo à agroecologia, medidas de controle e redução do uso de agrotóxicos
- Valorização das espécies da sociobiodiversidade brasileira, facilitando o uso sustentável dos recursos nacionais e a preservação dos biomas.
- Retomada e fortalecimento das políticas públicas de mitigação das mudanças climáticas.

## CAMINHOS PARA A AÇÃO



### COMO PODE SER FEITO

- Incentivo a práticas agropecuárias ecológicas que aliem a produção de alimentos a conservação ambiental e mitigação das mudanças climáticas.
- Promoção dos bancos de sementes e o livre uso da agrobiodiversidade, com ações como a não aplicação de patentes e leis de cultivares sobre sementes manejadas pelos agricultores e a retomada do Cadastro Nacional de Cultivares Crioulas<sup>13</sup> de forma a facilitar o processo de conservação desses cultivares e apoiar seus guardiões.
- Criação de mecanismos de recompensa (preços-prêmios, redução de impostos, facilidade de acesso a processos como crédito, logística, concorrências públicas, etc..) às organizações e comunidades que promovem a biodiversidade, a conservação ambiental e a produção sustentável.
- Fomento, estruturação e consolidação das cadeias produtivas da sociobiodiversidade.
- Fomento à documentação, pesquisa e difusão de práticas da sociobiodiversidade e conservação ambiental.
- Apoio e reconhecimento das agricultoras familiares agroecológicas, uma vez que são as guardiãs de sementes e protagonistas da transição agroecológica.
- Apoio a programas e políticas direcionadas prioritariamente às organizações de mulheres, promovendo seu empoderamento, formação contínua e a autonomia.

---

13. O Cadastro Nacional de Cultivares Locais, Tradicionais e Crioulas foi criado com objetivo de apoiar o uso, manejo e conservação de cultivares locais, tradicionais e crioulas, no contexto das políticas de democratização do acesso a sementes, preservação da agrobiodiversidade e adoção de práticas agroecológicas. O Cadastro foi instituído na Secretaria de Agricultura Familiar, em 2007, por meio da Portaria MDA 51/2007 e está disponível na internet no endereço <http://cnc.mda.gov.br>.

- Promoção de uma estratégia de ecologia de saberes que reúna conhecimento acadêmico, popular e tradicional de maneira a ampliar as soluções de enfrentamento da crise climática e produção de alimentos saudáveis e sustentáveis.
- Aprovação e implementação de uma política nacional de redução do uso de agrotóxicos.



## É DE PLANTA, MAS É ULTRAPROCESSADO

**S** ão crescentes as iniciativas no mercado de produtos denominados *plant-based* ou “carne do futuro”, que se apresentam como opções sustentáveis para consumidores que desejam fazer escolhas com menor impacto para o meio ambiente. Apesar da tentadora proposta de se resolver o problema ambiental sem mudar os hábitos alimentares, essas iniciativas mantêm a mesma estrutura e lógica dos sistemas alimentares hegemônicos, pois se baseiam apenas na intenção de redução das emissões de gases de efeito estufa, sem considerar os demais indicadores de impacto para as condições de vida no campo, saúde e para o meio ambiente. Os produtos *plant-based* são considerados produtos ultraprocessados pois são compostos por uma variedade de ingredientes como isolados de proteínas e gorduras extraídos de soja ou ervilhas, aromatizantes e outros aditivos. As matérias primas têm origem na produção intensiva, com uso de agrotóxicos e poucas matrizes alimentares, com concentração da produção por grandes indústrias transnacionais, e, portanto, não contribuem para a proteção da saúde, da biodiversidade e da valorização da produção local e familiar. (Lappe, 2021<sup>14</sup>)

14. Anna Lappe. The Foodprint of fake meat. Report 2021. disponível em: [https://foodprint.org/reports/the-foodprint-of-fake-meat/?utm\\_medium=email&\\_hsmi=186992419&\\_hsenc=p2ANqtz-8IGQpPkUhZ-RFCfgld\\_Mrzbtg-mxc\\_qth7AiCtmul9URZjTdGpBAP3iXmYCDobv\\_2wg4wvzKM1UJqXOJB9nUFWghNcY9Kbhnhtn7sPgmV\\_FNQ09y-So&utm\\_content=186992419&utm\\_source=hs\\_email#section\\_9](https://foodprint.org/reports/the-foodprint-of-fake-meat/?utm_medium=email&_hsmi=186992419&_hsenc=p2ANqtz-8IGQpPkUhZ-RFCfgld_Mrzbtg-mxc_qth7AiCtmul9URZjTdGpBAP3iXmYCDobv_2wg4wvzKM1UJqXOJB9nUFWghNcY9Kbhnhtn7sPgmV_FNQ09y-So&utm_content=186992419&utm_source=hs_email#section_9)





## IDEC EM AÇÃO

Uma **pesquisa** inédita realizada pelo Idec em 2021 demonstrou que diversos ultraprocessados consumidos pelos brasileiros contêm agrotóxicos. Essa descoberta reforça a necessidade de mudanças em nosso sistema alimentar hegemônico que visa atender a grande demanda por *commodities*, como soja, milho, trigo e açúcar, e faz um uso intensivo de agrotóxicos, tornando-se insustentável dos pontos de vista social, ecológico e sanitário.

**27 produtos**

analisados, divididos entre

**8 categorias**

de alimentos e bebidas



**6 categorias**

de alimentos e bebidas  
contínham resíduos de

**agrotóxicos**



**16 (59,3%)**

dos produtos analisados  
apresentaram

**pelo menos um**

tipo de agrotóxico



**14 (51,8%)**

dos produtos analisados  
apresentavam resíduos de

**glifosato ou  
glufosinato**



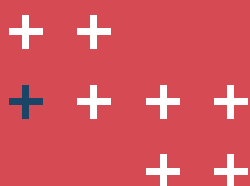
O estudo expõe informações cruciais para a luta por melhores políticas públicas e reforça os motivos para que consumidores sigam as recomendações do Guia Alimentar para a População Brasileira e tenham uma alimentação baseada em alimentos *in natura* e minimamente processados, priorizando os alimentos orgânicos e de base agroecológica.



## DIMENSÃO 4:

# SAÚDE

Os sistemas alimentares hegemônicos que privilegiam a monocultura e o consumo de alimentos ultraprocessados estão adoecendo a população



**O** ato de se alimentar é muito mais do que uma ação biológica. Envolve sentimentos e sensações. A alimentação considera a cultura das populações e está relacionada a histórias das famílias, comunidades e etnias. A escolha alimentar depende também do ambiente alimentar, como ambientes físicos (disponibilidade); econômicos (custos), políticos (políticas governamentais) e socioculturais em que os sujeitos estão inseridos. Embora o direito de se alimentar de uma maneira adequada e saudável esteja previsto na Constituição Federal desde 2010<sup>15</sup>, não é todo brasileiro que tem acesso a alimentos que protejam e promovam a saúde.

A publicidade de alimentos, na maioria das vezes, abusiva e enganosa, incentiva o consumo de produtos que sabidamente fazem mal para saúde das pessoas e do planeta - os ultraprocessados<sup>16</sup>. A publicidade incentiva o consumo destes produtos para todos, inclusive das crianças pequenas, que deveriam ser protegidas de propaganda comercial. Os primeiros anos de vida são decisivos para o crescimento e desenvolvimento, para a formação de hábitos e para a manutenção da saúde.

A transição nutricional observada nas

últimas décadas, com a redução acelerada dos índices de desnutrição e o aumento expressivo da obesidade, hoje perdeu força e se encontra em situação preocupante. O retorno do Brasil ao mapa da fome e a tendência de piora nos indicadores da qualidade da alimentação no país indicam a convivência cada vez maior das diferentes expressões da má nutrição.

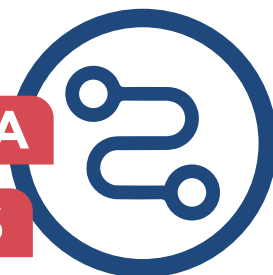
Esse destaque torna-se cada vez mais urgente e relevante por conta do robusto volume de evidências que apontam para a influência negativa dos produtos ultraprocessados para a saúde humana. De acordo com estudos realizados em diferentes contextos e populações, o consumo de ultraprocessados provoca ganho de peso, obesidade, diabetes, hipertensão e outras doenças cardiovasculares, depressão, cânceres em geral, câncer de mama, asma infantil, disfunções renais e mortes prematuras. Estes produtos têm características intrínsecas em sua composição, processamento, consumo e comercialização que explicam esses efeitos negativos na saúde, incluindo alta densidade de energia, mais açúcar livre, gorduras saturadas e trans e menor conteúdo de fibras, proteínas, micronutrientes e compostos bioativos<sup>14</sup>.

---

15. A Emenda Constitucional nº 64 incluiu a alimentação entre os direitos sociais, fixados no artigo 6º da Constituição Federal de 1988.

16. Diálogo sobre ultraprocessados: Soluções para sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis. Nupens/USP, 2021. Disponível em [https://www.fsp.usp.br/nupens/wp-content/uploads/2021/06/Documento-Dia%CC%81logo-Ultraprocessados\\_PT.pdf](https://www.fsp.usp.br/nupens/wp-content/uploads/2021/06/Documento-Dia%CC%81logo-Ultraprocessados_PT.pdf).

# CAMINHOS PARA A TRANSIÇÃO PARA SISTEMAS ALIMENTARES SAUDÁVEIS E SUSTENTÁVEIS



**A** pesar dos avanços na agenda proposta na Política Nacional de Alimentação e Nutrição e pelo Guia Alimentar para a População Brasileira, faz-se necessário o fortalecimento da agenda regulatória para frear as estratégias persuasivas de oferta, publicidade e preço praticadas pelas grandes indústrias transnacionais de ultraprocessados, que ocupam cada vez mais espaço nos locais de comercialização de alimentos, na publicidade em todos os meios, e até mesmo nas ações emergenciais de combate à fome - uma situação contraditória de fornecer produtos não recomendados como parte de uma

alimentação saudável, aumentando o nível de vulnerabilidade da população em situação de insegurança alimentar.

É preciso garantir o DHAA com a qualificação dos ambientes alimentares, seja fornecendo alimentos saudáveis em espaços institucionais (escolas, hospitais, asilos, abrigos, etc.), seja atuando sobre desafios de acesso físico e financeiro aos alimentos saudáveis. Para restringir o consumo de ultraprocessados, recomenda-se ações de controle desta produção, a melhoria da rotulagem, restrição de comercialização em ambientes públicos e a aprovação de mecanismos de taxação.

## PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES PARA A TRANSIÇÃO



### O QUE PRECISA SER FEITO

- Promoção e proteção do aleitamento materno e alimentação complementar.
- Políticas e ações para a promoção e proteção de ambientes alimentares saudáveis, por meio de medidas regulatórias como a restrição da publicidade abusiva e enganosa, especialmente para o público infantil, aprimoramento das normas de rotulagem de alimentos; taxação de bebidas açucaradas e a regulação de venda e publicidade de ultraprocessados nas escolas, além da ampliação da rede de abastecimento de alimentos saudáveis, *in natura* e minimamente processados.

- Políticas e ações para o desincentivo ao consumo de produtos ultraprocessados.
- Ações de Educação Alimentar e Nutricional que tenham origem, principalmente, na ação pública, da produção ao consumo, nos diferentes ambientes alimentares, conforme o Marco de referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas.

## CAMINHOS PARA A AÇÃO



### COMO PODE SER FEITO

- Reconhecimento do aleitamento materno como uma prática que promove sistemas alimentares saudáveis, dando garantia a esse direito como o primeiro alimento *in natura* sustentável ao qual temos acesso, sendo, portanto, um tema estratégico.
- Promoção, disseminação do Guia Alimentar para a População Brasileira e do Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de dois anos.
- Implementação de medidas regulatórias de restrição do acesso aos ultraprocessados, com ações de controle desta produção, restrição da publicidade, a melhoria da rotulagem e mecanismos de tributação dos produtos não saudáveis.
- Aperfeiçoamento de políticas públicas para qualificação do ambiente alimentar escolar que considerem não só a oferta da alimentação ofertada nas escolas públicas por meio do PNAE, mas a totalidade dos fatores que afetam o consumo de alimentos dos escolares, incluindo a restrição do comércio e propaganda de alimentos ultraprocessados em escolas públicas e privadas, bem como maior fiscalização.
- Implementação de estratégias de Educação Alimentar e Nutricional que contemplem as diferentes dimensões da alimentação, os processos e etapas dos sistemas alimentares, o impacto social e ambiental dos padrões alimentares e a importância do patrimônio e da cultura alimentar.

Por exemplo, ações de sensibilização para o desestímulo ao consumo de alimentos que utilizam mais recursos naturais e poluem o meio ambiente, como a pecuária intensiva e produtos ultraprocessados).

## IDEC EM AÇÃO

Com o objetivo de reforçar a importância da alimentação adequada e saudável, foi realizada uma campanha para ampliar o conhecimento dos consumidores-cidadãos sobre o Guia Alimentar para a População Brasileira, publicado pelo Ministério da Saúde.

Sob o conceito “**Você já é a favor do Guia Alimentar para a População Brasileira**”, pessoas foram convidadas a conhecer e descobrir que uma alimentação saudável é muito mais do que contar calorias e nutrientes. Mais de 100 mil pessoas baixaram o Guia. Seguimos em relacionamento com estes consumidores-cidadãos com a disseminação de mensagens para ajudar em escolhas mais adequadas e saudáveis.

A alimentação adequada e saudável é um direito que envolve a garantia ao acesso permanente e regular, de forma socialmente justa, a uma prática alimentar adequada. Deve ser baseada pela cultura alimentar e pelas dimensões de gênero, raça e etnia; acessível do ponto de vista físico e financeiro e baseada em práticas produtivas adequadas e sustentáveis.

O Guia Alimentar é um patrimônio do povo brasileiro. Reúne as diretrizes oficiais de alimentação para a nossa população. O Idec entende a importância da disseminação do Guia porque um dos nossos objetivos é lutar pelos direitos de saber o que comer. Todas as informações podem ser acessadas no site <https://guiaalimentar.org.br>.

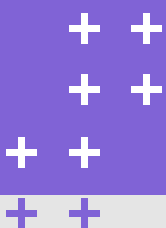


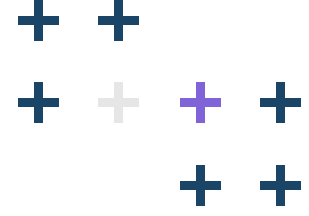


## DIMENSÃO 5:

# GOVERNANÇA

Recentes retrocessos nas políticas públicas brasileiras voltadas à segurança alimentar e nutricional e o desmonte do SISAN em nível nacional minam a transição para sistemas alimentares saudáveis





**A** governança refere-se à dinâmica de como o Estado, as normas e os atores interagem na criação e na manutenção dos sistemas alimentares. Mais do que o conjunto de regras ou marcos legais institucionalizados, o que está em jogo nesta dimensão é a forma como se dão os processos, sejam estes formais ou informais, que influenciam e regem as relações entre os diferentes atores que compõem o sistema. Assim, incluem-se as relações entre governos, Organizações Não-Governamentais (ONGs), movimentos da sociedade civil organizada, corporações multinacionais e mercado capitalista global. É uma dimensão altamente complexa e dinâmica, que afeta direta e indiretamente todos os temas aqui abordados, visto que é através da materialização das narrativas dominantes e das forças políticas que a hegemonia corporativa se mantém nos sistemas alimentares.

O Brasil era considerado uma referência internacional, por ter um marco legal fortemente alinhado com o atendimento multiescalar e multissetorial da SAN e do DHAA, com um processo claro de governança participativa e princípios que viabilizavam o controle social do Estado a partir do exercício da democracia

pelos múltiplos atores da sociedade.

O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) é um destaque: ancorado pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LO-SAN), ativo desde 2006 e tendo entre seus princípios ser um sistema público, intersetorial e participativo. O país possuía um conjunto de políticas e programas que foram capazes de qualificar as condições de vida de boa parte da população, inclusive melhorando os índices de SAN e apoiando a produção de alimentos da agricultura familiar e da agroecologia em dinâmicas locais e sustentáveis. É sempre bom lembrar que o resultado mais expressivo dessas dinâmicas implementadas foi a saída do Brasil do mapa da fome em 2014.

No entanto, apesar do marco legal existente, o cenário contemporâneo revela um grave retrocesso político, em que muitas ações de SAN foram fragilizadas com redução de recursos, precarização de serviços ou até mesmo a total extinção de pastas e instâncias de alta relevância, como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), requerendo uma forte atuação da sociedade para que



os direitos conquistados sejam mantidos. Desde 2019, o Brasil não tem mais um plano nacional de SAN e nem uma atuação organizada governamental e orçamento definido para agenda de SAN e garantia do DHAA.

Em nível global, também é visível o progressivo enfraquecimento dos espaços de governança multilateral como o Comitê de Segurança Alimentar das Nações Unidas e seu respectivo Mecanismo da Sociedade Civil e dos Povos Indígenas. O exemplo mais recente foi seu envolvimento com papel secundário na organização da Cúpula dos Sis-

temas Alimentares da ONU, realizada em setembro de 2021, convocada pelo seu Diretor-Geral com a pretensão de transformar os sistemas alimentares de modo a alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável até 2030. A proliferação de iniciativas paralelas, muitas falsamente inclusivas, e as chamadas plataformas multi-atores (ou *multistakeholder*) também contribuem para o enfraquecimento ao deslocar discussões e definição de compromissos para espaços sem algum lastro de legitimidade, transparência e regras de prevenção de conflitos de interesses.

## CAMINHOS PARA A TRANSIÇÃO PARA SISTEMAS ALIMENTARES SAUDÁVEIS E SUSTENTÁVEIS



**C**om o objetivo de retomar avanços nas políticas públicas brasileiras voltadas à alimentação, fortalecendo a governança pública em oposição à interferência da indústria nos hábitos alimentares, faz-se necessário priorizar uma abordagem descentralizada de poder, com foco no Direito Humano à Alimentação Adequada, fundamental para garantir a segurança alimentar da população ao passo que se empodera os governos locais. Em paralelo, é preciso ter atenção aos espaços multi-atores, que privatizam soluções públicas e colocam em disputa os desejos da população e das grandes empresas, no entanto sem pé de igualdade dado aos enormes recursos que as empresas têm disponível para exercer sua influência na governança de sistemas alimentares.

## PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES

## PARA A TRANSIÇÃO



### O QUE PRECISA SER FEITO

- Defesa do marco legal brasileiro alinhado ao atendimento multiescalar e multissetorial de Segurança Alimentar e Nutricional e do Direito Humano à Alimentação Adequada, retomando as bases originais de governança legítima e participativa e princípios que viabilizam o controle social do Estado a partir do exercício da democracia pelos titulares de direito.
- Estruturação de mecanismos de descentralização de Segurança Alimentar e Nutricional, com instalação de fóruns bipartites e tripartites, para auxiliar estados e municípios a priorizar a transição para sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis.
- Definir um código de conduta e processos que previnam conflitos de interesses e a interferência privada nas decisões de interesse público, como espaços multi-atores (*multistakeholders*).

## CAMINHOS PARA A AÇÃO



### COMO PODE SER FEITO

- Disponibilização de instrumentos de exigibilidade para denúncia, documentação e reparação às violações ao DHAA.
- Criação de uma dinâmica multiescalar de financiamento estável para as ações do SISAN, gerando menor dependência do governo federal, bem como o fortalecimento da intersetorialidade, em especial no âmbito municipal.

- Estruturação de mecanismos de descentralização focados em facilitar a capilaridade da SAN, garantindo financiamento federal com coparticipação dos entes, de forma a auxiliar e também responsabilizar estados e municípios a priorizar a transição para sistemas alimentares agroecológico e justos, com a consolidação de agendas locais que integrem as dinâmicas rural e urbana.
- Fortalecimento de instâncias de participação social com representatividade e diversidade de titulares de direito de maneira a garantir que em processos decisórios prevaleçam os interesses da sociedade civil e da saúde pública.
- Implementação de estratégias de capacitação para técnicos e gestores municipais envolvidos na implementação de programas de SAN.
- Fomento à elaboração de planos estaduais e municipais de SAN que contemplem o monitoramento de indicadores de execução e prestação de contas à sociedade.
- Monitoramento da participação do setor privado nos espaços de discussão e decisão de políticas públicas, leis e regulamentos.
- Aplicação do instrumento de prevenção e manejo de conflitos de interesse nos programas de nutrição, à exemplo do proposto pela Organização Pan-Americana da Saúde e Organização Mundial da Saúde<sup>17</sup>.

---

17. Preventing and Managing Conflicts of Interest in Country-level Nutrition Programs: A Roadmap for Implementing the World Health Organization's Draft Approach in the Americas. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/55055>.



## IDEC EM AÇÃO

Você já pensou que suas escolhas alimentares não são feitas de forma tão livre quanto acha? O documentário **Big Food: O Poder das Indústrias de Ultraprocessados** traz a reflexão para o público de como a sua alimentação está na mesa de negociação das grandes empresas de alimentos e bebidas.

Realizado pelo Idec, em parceria com o Coletivo Bodoque, o filme ganhador do prêmio Rome Independent Prisma Awards na categoria melhor mini documentário foi lançado em 2021. Big Food é o nome dado às grandes corporações de alimentos e bebidas ultraprocessados, como lasanhas congeladas, salgadinhos e refrigerantes, que estão no mundo inteiro e adotam estratégias para influenciar em políticas públicas que impactam nos hábitos alimentares, condições de trabalho e uso de recursos naturais. Só no Brasil, essas empresas faturam anualmente R\$ 700 bilhões.

Teaser do filme em: <https://youtu.be/j5FYyo-lwdg>

Agendamento de exposições: <https://alimentandopoliticas.org.br/big-food/>

## UM CHAMADO PARA A AÇÃO!

Os efeitos dos padrões de produção, abastecimento, comercialização e consumo de alimentos podem ser considerados como um dos maiores desafios globais, implicando na mitigação e adaptação às mudanças climáticas, combate às desigualdades, à desnu-

trição e à obesidade, bem como a outras doenças crônicas não transmissíveis associadas aos padrões alimentares.

A pandemia de covid-19, seja pelo aprofundamento das desigualdades sociais, seja pela ameaça da ocorrência de outras

pandemias em função da degradação ambiental e da perda da biodiversidade, amplificou as mazelas dos sistemas alimentares hegemônicos impondo a muitas famílias a precarização do direito à alimentação adequada.

É urgente erradicar a fome e a insegurança alimentar e nutricional de mais da metade da população brasileira, com medidas emergenciais e também estruturantes de combate às desigualdades e pobreza. Tão importante quanto, é atuar com a complexa rede de atores, processos e interações envolvidas desde o cultivo, processamento, distribuição, consumo e descarte de alimentos - uma rede que depende e interage através de ciclos de retroalimentação.

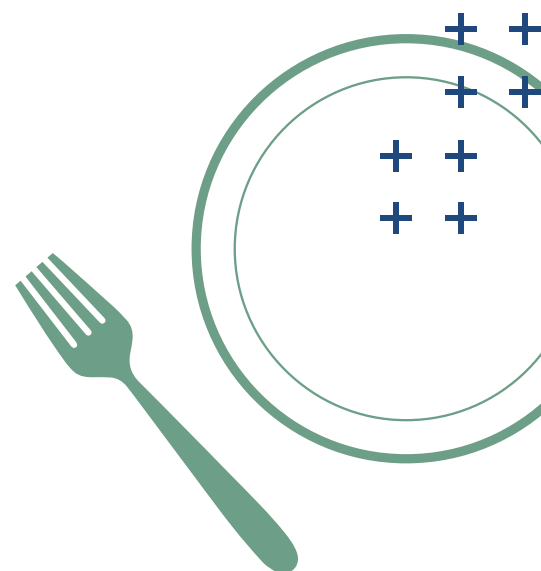
Acelerar a mudança rumo a sistemas alimentares sustentáveis e saudáveis requer a união de forças de diversos setores e organizações comprometidas com a transição pautada nos direitos humanos e não nos interesses comerciais. O direito à saúde e o direito de escolher uma alimentação adequada devem estar à frente dos interesses econômico e comercial.

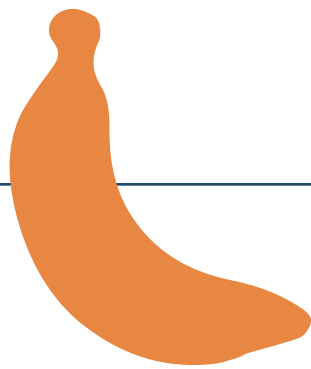
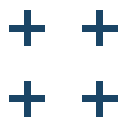
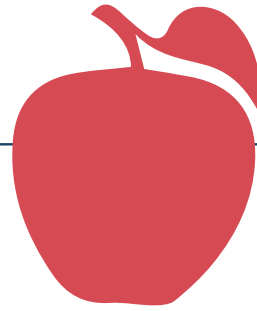
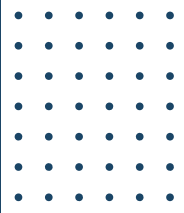
Este é um chamado para os tomadores de decisão, ativistas e portadores de direitos a atuarem de forma convergente e articulada por meio de soluções factíveis, baseadas em evidências científicas, que podem fortalecer, ampliar e sustentar políticas públicas pautadas na promoção do direito à alimentação e na proteção à saúde das populações e do nosso planeta.

É essencial garantir uma governança que considere as interações entre estruturas públicas e que esteja protegida de conflitos de interesse inerentes entre todos os atores e partes interessadas, tendo como princípio estruturante a alimentação como bem comum. Para alcançar as mudanças necessárias, é fundamental ter um espaço de consulta e negociação que evidencie os graves desequilíbrios de poder entre os diferentes atores e estabeleça processos que fortaleçam titulares de direitos e os setores da sociedade que estejam em situação de maior vulnerabilidade.

Ultrapassar estes desequilíbrios de poder exige que os interesses econômicos não se sobreponham à defesa e garantia dos direitos fundamentais. O setor privado não deve interferir na formulação de normas ou políticas públicas sobre alimentação e saúde.

Para que os sistemas alimentares contribuam para a saúde das pessoas e do planeta, e não o contrário, é necessário uma verdadeira transformação.





**idec**  
Instituto Brasileiro de  
Defesa do Consumidor

